

**CURSO DE FORMAÇÃO PARA ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL DO PODER EXECUTIVO DO
ESTADO DE SERGIPE**

RESPOSTA DE RECURSO

DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO

QUESTÃO 02:

DECISÃO DA BANCA: Mantido o gabarito da questão

JUSTIFICATIVA:

A questão foi retirada ipsi literes do texto utilizado em sala, sendo a resposta correta efetivamente a letra B.

A burguesia francesa não vivia de rendimentos oriundos da terra, não há qualquer menção disso no material. Os burgueses se distinguem da aristocracia proprietária de terras essencialmente por não participar da estrutura de poder de uma forma plena ou ampla, como ocorria com os aristocratas. É certo que a burguesia participou da formação do Estado francês, mas daí a dizer que esta “conquistou idênticas características e benesses” ou que participou do poder tanto quanto a aristocracia é desconsiderar as raízes e os motivos da própria Revolução Francesa, que tem bases justamente na discrepância percebida pelos burgueses em sua participação na estrutura absolutista francesa de poder. Ora, o fato de os Estados modernos serem fruto de acordos entre burgueses mercantilistas e monarcas não quer dizer que os burgueses eram beneficiários de rendimentos e outras rendas oriundas da propriedade terra. A atividade mercantil (comercial) era sua base econômica principal.

Não existem linhas demarcatórias definitivas entre períodos, no âmbito da administração pública (se avaliarmos ainda hoje o patrimonialismo é a marca de muitas sociedades, inclusive a nossa). Os processos históricos não são absolutos. Mesmo assim, no caso inglês há um fato importante que contrapõe o argumento apresentado pelo candidato: a Revolução Gloriosa (bem antes do Séc. XIX) e todo o movimento liberal transformaram o Estado absoluto inglês em um modelo menos patrimonial. Portanto, não poderia ser apontado o Séc. XIX, como foi feito pelo candidato. Neste

período a Revolução Industrial já avançava, sob uma administração pública mais liberal.

O texto do Prof. Bresser Pereira em nenhum momento explicita monopólio no sentido econômico-jurídico que concebemos na atualidade. Temos que contextualizar, o uso do termo “empresa” tem sentido de empreendimento, atividade econômica - se estamos tratando do período de transição de antigos feudos em monarquias, há de se falar na existência de uma atividade comercial iniciante, com reduzida concorrência (por isso a expressão “monopólio”, em nenhum momento contextualizada em sua concepção atual). O uso dos termos não invalida o argumento do eminente professor utilizado como fundamento. O que invalida a alternativa A como certa, como foi apontado no recurso do candidato, é a afirmação de que a Itália inspirou o patrimonialismo francês. Este foi inspirado em Portugal, conforme descrito no material e amplamente apresentado em sala. O que invalida a alternativa C apontada pelo candidato como certa, não é o fato de Portugal ter inspirado o patrimonialismo francês, mas a assertiva que a burguesia francesa vivia de rendimentos e de outras rendas oriundas da propriedade da terra. Os burgueses eram especialmente mercantis.

QUESTÃO 03:

DECISÃO DA BANCA: QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA:

O candidato pede anulação da questão com base no regulamento, alegando que haveriam três alternativas corretas: A, B e E (que é a que diz que as alternativas A e B estão corretas). Apesar de entender que não houve nenhuma indução ao erro, e haver “como mensurar a mais correta” (usando a expressão do candidato), decidimos pela anulação da questão.

QUESTÃO 05:

DECISÃO DA BANCA: QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA:

Apesar de entender que haveria como mensurar a alternativa mais adequada, decidimos pela anulação da questão, acatando o argumento apresentado no recurso de que haveria mais de uma alternativa correta.

QUESTÃO 10:

DECISÃO DA BANCA: QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA:

Apesar de entender que haveria como mensurar a alternativa mais adequada, decidimos pela anulação da questão, acatando o argumento apresentado no recurso de que haveria mais de uma alternativa correta.

QUESTÃO 13:

DECISÃO DA BANCA: QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA:

O gerencialismo puro foi proposto justamente para romper com dificuldades oriundas da centralização, algo característico no modelo burocrático. De fato, o contexto no qual foi estabelecido era de centralização, tendo como ideia-base a busca pela descentralização, de fato pouco atingida (o que abriu espaço para a busca pelos novos modelos).

QUESTÃO 15:

DECISÃO DA BANCA: QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA:

Apesar de entender que haveria como mensurar a alternativa mais adequada, decidimos pela anulação da questão, acatando o argumento apresentado no recurso de que haveria mais de uma alternativa correta.

QUESTÃO 17:

DECISÃO DA BANCA: QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA:

Apesar de entender que haveria como mensurar a alternativa mais adequada, decidimos pela anulação da questão, acatando o argumento apresentado no recurso de que haveria mais de uma alternativa correta.

QUESTÃO 20:

DECISÃO DA BANCA: QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA:

A palavra exceto é utilizada como uma preposição de exclusão. Portanto, a interpretação correta é que *design thinking* se aplica às organizações públicas, a resposta é de fato a letra B. Porém, houve um erro de digitação na palavra “tese”, que deveria ser “teste”. Nesse sentido, a questão será anulada, por considerarmos que o fato interferiu na interpretação correta da alternativa.

São Cristóvão/SE, 12 de novembro de 2018.